

# Comunicação & Discurso – Introdução à Análise de Discursos

Milton José Pinto, São Paulo,  
Hacker Editores, 1999

## Do texto à História ou da História ao texto: a procura de uma passagem

Uma das correntes metodológicas que gerou prolixa produção acadêmica nos últimos anos nos estudos da comunicação contemporânea é a análise do discurso. Há uma profusão de teses acadêmicas e artigos nas revistas e congressos científicos sobre os mais variados temas cujo eixo se fundamenta nesta vertente prodígia de versões, com forte influência inicial, no Brasil, dos trabalhos da professora Eni Orlandi, da Universidade de Campinas. Por isso, o recente livro do professor Milton José Pinto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o tema é oportuno e certamente terá nos estudantes mais informados dos cursos de graduação e nos alunos dos curso de pós-graduação em comunicação, literatura e ciências sociais um público bastante interessado.

Os pontos fortes do livro, o primeiro de uma série de publicações sobre outros temas de comunicação prometidos pela Hacker Editores, são a sua competente síntese das inúmeras abordagens da análise do discurso e a sua linguagem acessível para o público iniciante. Neste aspecto, M.J. Pinto consegue completar a façanha de tornar compreensível, numa perspec-

tiva histórica ampla, as diversas vertentes quase inconciliáveis da chamada análise do discurso. O livro proporciona uma visão de conjunto atualizada das abordagens metodológicas, dos seus principais limites e alcances.

O lançamento do livro não é, porém, oportuno apenas por esses aspectos. O seu lançamento retoma uma questão que tem atormentado os analistas dos conteúdos e das mensagens dos meios de comunicação desde a década dos anos 60, e cuja discussão está ainda longe de um final feliz. Trata-se da passagem metodológica da análise imanente do texto para as relações sociais onde este texto é produzido, relação que o autor chama de conexão texto-contexto. Ainda que J. M. Pinto procure se livrar do caráter intrínseco da análise do discurso e insista que ela está superando esta limitação, esta técnica de pesquisa sofre do mesmo tormento de outras análises que tomam o texto como ponto de partida: o arbitrário salto entre a análise do texto em si para as relações sociais que o produziram.

O autor reconhece isso ao afirmar que contextualizar uma análise (cujo ponto de partida são os textos) sempre foi *um sonbo*

e um problema constante para os especialistas (página 44). É certo que os analistas do discurso contemporâneos já superaram, como os pesquisadores de outras vertentes epistemológicas, as ingenuidades ou os determinismos mecanicistas iniciais. É verdade também que todos hoje procuram reafirmar a necessidade de uma abordagem dialética e simultânea entre a produção de sentido e as relações sociais de produção. Essas afirmações, entretanto, ainda não produziram um corpo de conhecimentos metodológicos capazes de dar conta satisfatoriamente dessa necessidade. E a análise do discurso incluiu-se, infelizmente, nessas limitações.

Milton J. Pinto procura, em seu livro, sair desse terreno pantanoso com algumas sugestões interessantes que fazem a discussão avançar. Essas sugestões são 1) tomar os discursos como práticas sociais mediadas; 2) utilizar-se de processos metodológicos comparativos (páginas 44 a 59). Embora o autor não explicitasse dessa forma, eu diria que ele sugere ainda um terceiro aspecto, que merecia maior atenção, quando menciona o conceito de “mercado simbólico”, que colocaria imediatamente o texto no ambiente de suas relações de produção e de consumo (recepção). Mas, ele não se arrisca muito em explorar os conflitos dessas relações de mercado como poderia, talvez porque a análise do discurso não tenha mesmo se enveredado por essas questões sociais, preferindo concentrar-se no texto.

As sugestões de entender os discursos como práticas sociais não é nova, embora seja louvável a iniciativa de M. J. Santos em

insistir nela. Desde que se articulou na França, no início da década de 70, uma corrente de origem marxista chamada “a crítica de Althusser”, formada em sua maioria por ex-alunos dele, autores como Jaques Rancière, Manuel Castels e Emílio de Ipola, entre outros, insistiram na necessidade de entender a ideologia não como um *corpus* de idéias ou um sistema opaco de representações relativamente autônomo como definira o mestre, com tanta influência sobre a semiologia estruturalista posterior. Mas, como uma instância concreta da luta de classes, como uma prática social historicamente determinada que se realizaria no interior de instituições (que Althusser chamara antes de aparelhos ideológicos de estado). As formas ideológicas não seriam meras representações mas práticas, formas de exercício dos antagonismos de classe.

A ideologia ou os conteúdos ideológicos latentes deveriam ser buscados, de acordo com essa vertente, não nos discursos ou conteúdos mas, nas práticas e nos processos onde os conteúdos são produzidos e apropriados. Nessa mesma época Stuart Hall e outros publicavam na Inglaterra os primeiros estudos da corrente que mais tarde ficaria conhecida como “cultural studies”, com forte influência da “escola de Franckfurt”, também marxista, como os franceses\* acima citados, embora não houvesse ainda um intercâmbio intelectual entre eles, o que só mais tarde

---

\* Manoel Castels é catalão e Emílio de Ípola argentino mas todos eles estudaram com Althusser e publicaram os seus primeiros estudos em Paris.

veio a ocorrer. Hall insistia que a fonte do consenso ideológico propagado pela mídia deveria ser localizada não nas mensagens mas na cultura e na prática política que a produzia, e insistia na análise dos critérios de seleção das notícias mais do que no conteúdo delas.

M. J. Pinto não ignora nem descarta essas propostas e sugere, citando Verón, o entendimento do discurso como prática geradora de sentido. Ele sugere a análise do sistema de relações entre o texto e as condições sociais de sua produção e adverte ainda que, nos embates entre discursos hegemônicos e discursos subordinados, o texto parece perder essas conexões. Mais ainda, o autor reconhece que o contexto *força* o texto a ter determinadas características e que um conjunto de normas, convenções e códigos *define* o gênero do discurso a ponto de o não-seguimento dessas normas implicar na obstrução do processo comunicacional.

Ora, se é assim, com o que concordamos, porque então insistir na análise do discurso como ponto de partida, porque procurar privilegiadamente as marcas do contexto no texto se o centro da determinação está em outro local? No capítulo intitulado “No Princípio, a Linguagem” (página 22 a 25) o autor abre com uma declaração que reafirma ser o texto o ponto de partida da análise do discurso. Mas, poucas linhas abaixo reconhece que as marcas no texto são deixadas pelos processos sociais de sua produção, pelo contexto situacional imediato, pelo contexto institucional e pelo contexto socio-cultural mais amplo. Supõe-se, a partir

dessas afirmações, que as invariantes de determinação que interessam ao analista estão então noutra local e que esse local deve ser o ponto focal privilegiado inicialmente para produzir uma análise mais explicativa.

Não estamos defendendo aqui que a análise do discurso em si não seja importante nem estamos argumentando a favor de uma determinação absoluta do social sobre o simbólico. Tampouco argumentamos que a “posição de classe” seja a determinante única dos discursos, principalmente hoje em dia, quando a sociedade se realiza muito mais no nível do simbólico, quando as posições e determinações de classe são muito mais complexas e dissimuladas do que foram no passado. Mas defendemos que as análises dos discursos não podem *prescindir* de uma análise histórica nem podem partir unicamente dos textos sem explicar *previamente* o contexto institucional e social de sua produção.

Se é por meio das “rotinas e os procedimentos tecnoprofissionais que os participantes em um processo de comunicação... constroem suas identidades e selecionam os conteúdos que estarão em jogo no evento comunicacional, deixando as suas marcas nos textos produzidos”, como diz o autor, são esses processos que a análise deve privilegiar e ressaltar, porque são eles os determinantes. A análise deve privilegiar a contextualização e logo, a textualização. A análise do discurso não pode existir sem uma previa análise das relações sociais e institucionais onde os conteúdos são produzidos. A noção de

poder não está principalmente nos “efeitos desse discurso nas relações sociais” mas nos próprios processos de produção de sentido. Neste caso, as análises chamadas rotinas produtivas de, genericamente chamadas de “newsmaking”, teri-

am muito maior poder explicativo justamente porque focalizam o cerne do poder decisório. O livro de M. J. Pinto é bom e oportuno. Mas, até certo ponto, evita uma discussão que precisamos aprofundar.

*Luiz Gonzaga Motta*

Jornalista e professor da Universidade de Brasília

**A revista *Comunicação & política*  
é distribuída na Espanha por**

**Fragua, Libros**

C/ Andrés Mellado, 64

28015 – Madrid

Tels.: 91-5491806 / 5442297 – Fax: 91-5491806

e-mail: [fragua@fragua.com](mailto:fragua@fragua.com)

[www.fragua.com](http://www.fragua.com)

---

**Visite a página do CEBELA**

<http://www.cebela.org.br>